

“É DO CAULIM PRO ROÇADO”: O TRABALHO AGRÍCOLA E A EXTRAÇÃO MINERAL NO SERIDÓ PARAIBANO

“FROM KAOLIN TO FARMING”: THE FARMING WORK AND THE MINERAL EXTRACTION IN THE SERIDÓ REGION, STATE OF PARAIBA

José Aderivaldo Silva da Nóbrega¹
Marilda Aparecida de Menezes²

RESUMO

Este artigo se propõe a analisar a associação entre o trabalho agrícola e o de extração de minério de caulim. Tomamos como estudo de caso o município de Junco do Seridó no Estado da Paraíba. A pesquisa foi fundamentada em metodologia qualitativa através de observação direta e de entrevistas com garimpeiros, atravessadores e famílias rurais. Foram, ainda, aplicados 34 questionários entre os garimpeiros em exercício. Os resultados da pesquisa mostram que a associação entre trabalho agrícola e garimpagem não se estabelece apenas em razão das diferenças nos ciclos produtivos das duas atividades, mas, também, envolve uma forma de organização do trabalho familiar com as diferenciações do trabalho do chefe de família, da mulher e dos filhos e filhas.

Palavras chave: Trabalho no meio rural. Garimpagem de caulim. Agricultura. Junco do Seridó.

ABSTRACT

This article proposes to analyze the association of agricultural work and the extraction of kaolin ore. We take as a case study of the municipality Junco Seridó in Paraíba. The research was based on qualitative methodology through direct observation and interviews with miners, middlemen and rural families. As complementary techniques were applied 34 questionnaires among miners in office. The research results show that the association between agricultural work and mining not only sets due to differences in the production cycles of the two activities, but also involves a form of work organization familiar with the differentiations of the work of the household head, his wife and sons and daughters.

Keywords: Work in rural areas. Kaolin mining. Agriculture. Junco do Seridó.

1. INTRODUÇÃO

A realização de atividades de caráter extrativista, a exemplo da extração de lama e de lenha, tem sido uma estratégia importante dos agricultores familiares para garantir as condições de sobrevivência da família no meio rural. Na microrregião do Seridó, que tem como características gerais os baixos índices pluviométricos (em média 569 mm/ano), a caatinga hiperxerófila, solos rasos com altos teores de salinidade, cidades com baixa densidade demográfica, a economia é baseada, principalmente na extração de minerais não metálicos, a exemplo do caulim.

O caulim é um mineral argiloso muito importante para a indústria, dadas as inúmeras possibilidades de sua utilização: na fabricação de pigmento, de carga e

¹ Mestre em sociologia pela Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: aderivaldocg@gmail.com

² Professora da Universidade Federal de Campina Grande/PPGCS. E-mail: menezesmarilda@gmail.com

cobertura na indústria de papel; na aplicação como matéria-prima para a indústria cerâmica, na fabricação de porcelanas, azulejos, esmaltes, etc.; na aplicação como matriz para catalisadores, isolante elétrico, agente fortalecedor de borrachas e concretos; na cobertura digestiva de remédios na indústria de fármacos; e como componente na fabricação de vidros e outras utilizações.

A exploração deste minério tem atraído para o espaço rural da microrregião do Seridó diversos atores sociais, como os empresários da mineração, moradores da zona urbana que vêm trabalhar no garimpo, técnicos das agências do Estado que inspecionam o desenvolvimento da mineração, os próprios agricultores que se tornam garimpeiros etc.

A mineração é desenvolvida em Junco do Seridó desde a década de 1940. No entanto, só nas décadas de 1980 e 1990, a atividade atraiu os interesses de compradores de caulim e feldspato de vários Estados do Brasil, a exemplo de Ceará, São Paulo, Paraná entre outros. Neste período se consolidaram as pequenas empresas mineradoras, chamadas de decantamentos³, que se especializaram em beneficiar o caulim bruto extraído pelos garimpeiros. Os decantamentos são os fornecedores de caulim para outros segmentos da indústria de transformação tais como cerâmicas de revestimento, isolantes elétricos, porcelanas etc., situados em João Pessoa, Campina Grande, Recife, Fortaleza e em outros estados do país.

Discutiremos se a associação entre o trabalho no garimpo e na agricultura ocorre apenas em razão das diferenças nos ciclos produtivos das duas atividades ou se faz parte da dinâmica geral que orienta as estratégias de sobrevivência da família ao longo do ano, independentemente de situações climáticas ou quaisquer outros fatores que interfiram no desempenho da agricultura. Para desenvolver nossa argumentação, estruturamos o artigo em três seções. Na primeira, vamos abordar as características da organização e expansão da atividade de mineração na região seridoense. Na segunda seção, descreveremos sucintamente o processo de trabalho nas minas de caulim, enfatizando as etapas da garimpagem, a organização das turmas e as tarefas correspondentes a cada função. Na última parte do artigo, discutiremos a articulação entre o trabalho agrícola e trabalho garimpeiro.

2. A ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO DA ATIVIDADE MINERADORA NA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ

O conhecimento das jazidas e as primeiras explorações no Seridó remontam ao final do século XIX, quando técnicos norte-americanos chegam ao Brasil com a finalidade de descobrir novas ocorrências minerais e estabelecer parcerias para explorá-las. Estas primeiras explorações são intensificadas através de acordos bilaterais entre Brasil e Estados Unidos, no Governo Vargas, no contexto da II Guerra Mundial.

Silva (1995) enfatiza que é com os acordos entre Brasil e Estados Unidos que surgem as condições para financiar a política de desenvolvimento do setor mineral,

³ Este tipo de empresa recebe o nome de decantamento porque o material, quando chega ao seu pátio, é triturado, peneirado e na sequência é bombeado, por gravidade, através de tubulações, para um sistema de tanques onde se inicia a fase de decantação.

resultando, por exemplo, na instalação, em 1942, da Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Vale do Rio Doce. Além disso, vêm para o Brasil diversas missões técnicas oriundas dos Estados Unidos com o objetivo de agilizar o processo de descoberta e de exploração dos depósitos minerais ao longo de todo território nacional.

Vasconcelos (2006) destaca que, entre os minerais mais demandados mundialmente no contexto de 1940, estavam Tantalita, Columbita, Berilo e Mica, sendo o triênio 1942-1944 o período que alcançou os maiores níveis de produção. Neste período, que o autor chama de áureo, quatro empresas atuavam majoritariamente na Região do Seridó Paraibano: Silveira Brasil & CIA; Companhia Mineração do Nordeste; Companhia de Mineração Picuí e Heretiano Zenaite, esta última atuando nos municípios de Juazeirinho e Junco do Seridó. Segundo Forte, a empresa Silveira chegou a ter cerca de 3.000 garimpeiros trabalhando em suas terras:

Suas atividades estavam voltadas para comercialização de bens minerais produzidos pelos garimpeiros e para o controle dos principais garimpos da região. Não havia uma preocupação maior por parte delas [das empresas] em tentar desenvolver uma mineração organizada do ponto de vista técnico a despeito de possuírem, ao que parecia, capacidade financeira para isso. (FORTE, 1994, p.22)

Na década de 1950, uma série de ações tenta impulsionar novamente as atividades de mineração que sofreram uma queda de produção no pós-guerra. Entre estas ações estavam: a criação da Empresa Petróleo Brasileiro S.A (Petrobrás) em 1953; a abertura de linha de crédito através do Banco do Nordeste etc. Para Andrade (1987), não obstante a criação de tais instituições e programas, o governo Juscelino Kubitschek teria encontrado o Nordeste brasileiro em uma quase estagnação econômica, o que redundaria na criação da SUDENE.

Com apoio da SUDENE, a Paraíba implanta distritos industriais nos municípios de João Pessoa, Santa Rita, Campina Grande e Cajazeiras, o que, para Vasconcelos (2006), contribui para uma estabilização do setor mineral, tendo em vista que os subsídios oferecidos por esta superintendência e pelo FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste) para investimento na ampliação da produção industrial acabaram criando uma demanda por minerais industriais.

Além da SUDENE, outras instituições e programas foram criados para organizar e financiar as atividades minerais. Criou-se, em 1961, o Ministério das Minas e Energia que, além do DNPM, passou a contar com outros órgãos e programas tais como o Fundo Nacional de Mineração (criado em 1964); a Companhia de Pesquisa em Recursos Naturais – CPRM (criada em 1969); o CETEM - Centro de Tecnologia Mineral (1978).

A atividade mineradora não é implantada em Junco do Seridó, inicialmente, para exploração do caulim. Tal minério passa a ser explorado na década de 1970, quando a política de desenvolvimento do setor mineral ganha nova dinâmica a partir dos planos decenais da mineração, os quais estabeleciam estratégias para pesquisa mineral com vistas à diversificação dos materiais explorados.

A Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba (CINEP) implementou, no final dos anos 1970, dois Programas: o Programa de Apoio Financeiro à Mineração e o Programa de Apoio Técnico ao Minerador. Estes programas redundaram na produção do primeiro Mapa Geológico do Estado da Paraíba na escala de 1:250.000 e em diversas visitas aos municípios mineradores. Em 1979, é criada a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais da Paraíba (CDRM) sediada em Campina Grande, onde se encontram as sedes de grandes empresas de beneficiamento tais como a Caulisa, MDR e outras.

Diversos autores, como Andrade (1987), Forte (1994) e Vasconcelos (2006) enfatizam a atuação da SUDENE, através das Frentes de Emergência, como uma das principais responsáveis pela mobilização das turmas para trabalharem nos garimpos.

Com recursos do Programa de Emergência administrado pela SUDENE para atender às populações rurais de baixa renda atingidas pela grande seca de 1979-1984, os governos dos Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, através de suas estatais de mineração (CDM-RN/CDM-PB), criaram em 1983 seus próprios Projetos Garimpos que, embora apresentassem algumas diferenças quanto ao modo de atuação em relação ao governo federal, se constituíam numa atividade de superposição de esforços. (FORTE, 1994, p.16-17)

O autor refere-se também ao fato de que a cooperação da SUDENE com as companhias estatais na gestão do Programa das Frentes de Emergência foi uma estratégia para capitalizar as CDRM's do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Segundo o relatório do DNPM-Recife, de 1985, que é analisado por Forte (1994), as companhias substituíram o Exército e órgãos como DNOCS e EMATER no repasse da remuneração aos trabalhadores beneficiados pelo programa, o que, segundo o autor, tornou os garimpos em verdadeiras "frentes de emergência".

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela instalação de grandes empresas minerais no Nordeste, a exemplo da Cerâmica Elizabeth, situada no município do Conde, microrregião de João Pessoa no Estado da Paraíba. No caso específico do município de Junco do Seridó, foi o período em que a atividade se organizou e passou a interligar, de modo mais dinâmico e intenso, o município ao mercado nacional através da exportação de caulim e feldspato beneficiados para indústrias de pisos cerâmicos.

Em 2003, a mineração no Seridó ganha uma nova dinâmica: a constituição do arranjo produtivo local de base mineral. Nesse ano, o Fundo Setorial CT Mineral, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, produziu, nos municípios de Campina Grande (PB) e de Parelhas (RN), oficinas temáticas para discutir a problemática mineral, buscando alternativas para o desenvolvimento do setor. Os desdobramentos deste trabalho foram, em primeiro lugar, a elaboração de um documento intitulado "Carta de Parelhas" em agosto de 2003. As discussões que se fizeram nas duas oficinas suscitaram um novo enfoque para atividade da mineração dos pegmatitos, que só poderia se desenvolver a partir da criação de um Arranjo Produtivo Local (APL de Base Mineral).

Em 2004, ocorreu a assinatura de convênio para elaboração do projeto "*Arranjo Produtivo Local Pegmatitos do RN/PB*". A delimitação do arranjo, inicialmente, abrangeu uma extensão de sete mil quilômetros, envolvendo municípios da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Na Paraíba, como consequência da formação do

APL mineral, o governo estadual, juntamente com o SEBRAE, a FINEP, o INSA, a UFCG, os municípios mineradores em todo Estado, as empresas e os garimpeiros, criou o Programa de Desenvolvimento da Mineração (PROMIN). O objetivo deste programa era fortalecer a atividade mineral de pegmatitos, gemas, quartzitos e calcários (pesquisa mineral, lavra, beneficiamento e mercado), através da “conscientização” dos garimpeiros para a importância do associativismo, promovendo capacitação, acesso a tecnologia, crédito e novos mercados. No ano de 2009, o governo do Estado, com os parceiros citados anteriormente, lança o Shopping da Pedra, firmando diversos convênios que visavam a realização de cadastramento e formalização de áreas para mineração, fortalecimento das cooperativas e realização de cursos com os garimpeiros. Os convênios oriundos do PROMIN deram visibilidade à atividade e contribuíram significativamente com a difusão da ideia de mineração enquanto estratégia de promoção do desenvolvimento local.

Não obstante tais investimentos, o garimpo se estruturou e se manteve fundamentado no trabalho manual, utilizando ferramentas rudimentares na maioria dos casos, caracterizando uma situação persistente de precariedade. Na próxima seção, apresentaremos alguns elementos que identificam esta situação.

3. UMA BREVE DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO NO GARIMPO

O cotidiano de trabalho dos garimpeiros começa cedo. Quem trafega na BR-230, do sertão da Paraíba rumo à João Pessoa, passando pelo trecho da cidade de Junco do Seridó, pode observar o intenso fluxo de caminhões e caçambas carregando em suas carrocerias dezenas de trabalhadores. Estes caminhões e caçambas são das próprias empresas de Junco do Seridó. Há, ainda, aquele contingente de trabalhadores que se desloca às minas através de motos ou até bicicletas tendo em vista que as áreas de garimpo não são muito distantes da zona urbana. A cena de trabalhadores em caminhões, em motos ou bicicletas com suas marmitas e garrafas de água, se repete a partir das quatro horas da tarde. As minas de caulim são confluência, no meio rural de Junco do Seridó, de trabalhadores do garimpo vindos da zona urbana e dos próprios garimpeiros/agricultores que vivem nos sítios próximos aos garimpos.

O processo de trabalho desenvolvido é manual, envolvendo o uso de ferramentas como “chibanco” ou picareta e pá. O transporte do caulim do subsolo até a superfície era feito através de tonéis de ferro amarrados em cordas e puxados por uma roldana de madeira, entretanto, este equipamento tem sido substituído por guinchos mecânicos que através de cabos de aço içam uma caixa de ferro.

O trabalho começa com a “limpeza da serra”, ou seja, o desmatamento e limpeza do terreno para começar as escavações. Essa fase se desenvolve por duas técnicas. Primeiramente, os próprios trabalhadores com picaretas, pás, machados, vão fazendo a limpeza superficial da área para começar a escavar; essa é a técnica mais comum. O resultado da fase de limpeza da terra é o estabelecimento de um grande quadro limpo que evoluirá para uma galeria ou uma banqueteta, como se chama comumente. Banquetetas são uma espécie de trincheira com dimensões, aproximadamente, de 1,5m a 2m de largura e comprimento, que têm diversas extensões, variando de 20m a 60m e profundidades que chegam aos 60 metros. O aprofundamento das escavações das banquetetas dá origem ao que os garimpeiros

chamam de galeria, ou seja, a mina se torna totalmente subterrânea, havendo apenas a abertura para entrada dos trabalhadores que são içados pelo guincho.

Uma vez que foi feita a limpeza do terreno e cavada a banqueteta em profundidade e extensão para que seja possível retirar o “caulim bom”⁴, vem o trabalho subterrâneo. No interior das minas, os trabalhadores, com picaretas e pás, vão retirando o caulim das rochas e amontoando. Em seguida, colocam esse material em caixas de ferro, que são içadas até a superfície, onde são novamente amontoados para que, posteriormente, o caminhão recolha. Essas tarefas são revezadas constantemente como nos descreve José, um minerador: “eram seis pessoas: cada uma ia revezando. Um pedaço um fazia uma coisa depois ia trocando, sabe? Um cavava, o outro enchia, o outro ficava em cima pra guinchar abrir a concha e encher o carro e ia trocando.”

Assim, no subsolo, os garimpeiros vão separando e desmontando o caulim, ou seja, retirando e quebrando-o em um tamanho que possa ser transportado nas caixas. Além disso, vão separando o caulim bom (de cor branca brilhante) do amarelo e de outras pedras de grande tamanho que se apresentam na parede rochosa.

Um trabalhador opera o guincho que puxa para superfície o material e os trabalhadores. Dois trabalhadores ficam escavando, com picareta, as paredes de pedra, e outros dois ficam enchendo a caixa de ferro que está acoplada ao guincho. Em caso de turma de seis ou mais pessoas, a divisão é praticamente a mesma: um no guincho e os demais no subsolo de modo que, enquanto alguns estão escavando, os outros usam as pás para encher a concha do guincho e, assim, ir até a superfície. Chegando à superfície, o operador gira o guincho para empilhar o material.

A título de um resumo do processo de extração a partir de nossa observação e da descrição dos próprios garimpeiros, temos as seguintes etapas: (1) Limpeza do terreno; (2) Escavação para remover a camada superficial da terra; (3) Escavação da banqueteta; (4) Lavra do caulim (retirada da prede, fragmentação do material, separação e amontoamento); (5) Envio para superfície; (6) Comercialização/ Entrega do produto.

Os garimpeiros não têm nenhum equipamento de proteção individual, a atividade tem uma instabilidade porque pode ser interrompida, seja pelas chuvas, pelos deslizamentos ou mesmo pelo fechamento da lavra decretado por órgãos públicos, tais como a SUDEMA (Superintendência de Administração do Meio Ambiente). Quanto à renda, respeitadas as variações que dependem muito da quantidade extraída de caulim, os garimpeiros recebem, em média, o equivalente a um salário mínimo ou um salário e meio por mês. Tivemos relatos em nossa pesquisa de donos de guincho que chegam a ganhar cerca de dois mil reais mensais, atuando, apenas, como intermediadores da formação das turmas e da venda do caulim.

Os garimpeiros se inserem nesta atividade para buscar alternativa de renda para atender as necessidades familiares e que, no seu julgamento, proporcione melhoria nas condições de vida. Em uma de nossas visitas à casa de José, morador do bairro de Santo Antonio em Junco do Seridó, o jovem nos exhibe a moto que conseguiu comprar com os recursos da mineração. Ele afirmou: “esta moto aqui veio do caulim”. A família passou a ter a moto do pai e a de José. Parte desta renda tem sido também

⁴ Caulim bom é um termo que designa, na verdade, o caulim em acentuado estado de brancura e ausência de impurezas.

aplicada no próprio lote de terra da família de diversas formas: aquisição de animais, pagamento de diárias relativas a serviços executados por terceiros (construção de cercas, melhoria nas casas etc.). Esta relação que se estabelece entre as duas atividades, agrícola e garimpeira, será o foco da última seção deste artigo.

4. O GARIMPO E A AGRICULTURA FAMILIAR

Não é nenhuma novidade dizermos que o cotidiano das famílias de agricultores familiares está marcado pela combinação do trabalho agrícola com outra atividade. O debate da Sociologia Rural já tem inúmeros avanços que ajudam a entender esta articulação entre atividades distintas exercidas pelas famílias rurais.

Com referência ao debate sobre o mundo rural, Wanderley (2001) enumera alguns aspectos importantes do atual contexto, entre os quais: o caráter polivalente e pluriativo do trabalho das famílias de agricultores familiares. As chaves da polivalência e da pluriatividade, respeitando-se as suas particularidades, abrem a possibilidade para a discussão sobre a diversificação das atividades produtivas desenvolvidas no cotidiano das famílias rurais. Estas chaves fazem parte do que Kageyama (2003) chamou de “consenso entre os estudiosos do rural”. Para a autora este consenso revela que: a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas.

A relação do garimpo com a agricultura já foi estudada por diversos autores a exemplo de Barrozo (1997); Cleary (1992) e Gaspar (1989). Estes entendem que há uma relação de complementaridade entre as duas atividades. Cleary (1992) destaca que os garimpeiros da Amazônia fizeram da articulação entre a agricultura e a garimpagem uma prática recorrente.

No contexto dos garimpeiros do Mato Grosso, estudado por Barrozo (1997), há um número expressivo de pessoas que migraram das lavouras no Nordeste em busca da descoberta das pedras preciosas. O autor afirma: “agricultores e garimpeiros têm em comum o hábito de enfrentar o trabalho duro de sol a sol. Os migrantes que vieram dos ‘Estados do Norte’ já acostumados ao trabalho na roça tiveram que aprender a garimpar.”

Paixão (1994) desenvolveu uma pesquisa sobre a relação entre garimpo e agricultura no vale do Tapajós. No seu estudo em assentamentos do município de Itatiuba, o autor identificou que nesta região ocorre grande fluxo migratório de trabalhadores que vêm do Maranhão e Baixo Amazonas, buscando no garimpo uma possibilidade de melhorar de vida. Paixão (1994) diz que os trabalhadores que exercem atividades extrativas minerais no município de Itaituba se apresentam consoante sua tradição agrícola e se definem pela família de origem e pelas atividades na agricultura.

Essas referências na literatura nos permitem compreender que a combinação entre trabalho no garimpo e na agricultura no Seridó Paraibano não é uma especificidade desta região. No caso do Vale do Tapajós, mesmo que a atividade garimpeira seja prioritária, o vínculo com a agricultura não se perde, uma vez que esta atividade é exercida nos momentos em que o garimpo é paralisado em função do

inverno que praticamente inviabiliza a extração de ouro. A pergunta agora é a seguinte: o que o nosso trabalho de campo, com as observações e entrevistas, nos tem a dizer sobre esta relação no contexto particular de Junco do Seridó?

O ponto de partida, para responder a esta questão é justamente saber a trajetória destas pessoas. Em 34 questionários aplicados, verificamos que 61,76% afirmam que o pai é ou foi agricultor, enquanto que 38,24% afirmam que o pai foi ou é garimpeiro. As mães, na maioria, são declaradas como agricultoras ou donas de casa.

Se o trabalho no garimpo é, predominantemente, masculino, a agricultura é diferente porque comporta o trabalho das esposas e filhas. No trabalho da agricultura, as tarefas a serem desempenhadas requerem a participação das esposas e filhos/filhas. Isso não representa, necessariamente, uma novidade, no entanto, o envolvimento de filhas e esposas no trabalho agrícola é uma prática reforçada pela demanda de trabalho no roçado ampliada com a maior dedicação do homem ao garimpo.

As atividades agrícolas são distribuídas entre os membros da família de acordo com a capacidade física requerida para sua execução. Primeiro, prepara-se o terreno, que localmente se chama “fazer a broca”, algumas vezes corta-se a terra com trator ou cultivador puxado por boi e isto é feito nos meses de dezembro e janeiro; posteriormente a chamada primeira planta ocorre com as primeiras chuvas no mês de fevereiro.

Entre os meses de março e abril se tem o “inverno”, período de chuvas mais frequentes e fortes. No plantio, toda a família participa, sendo os homens adultos e os jovens responsáveis por cavar a terra para que as mulheres semeiem. Cessado o plantio, inicia-se imediatamente a primeira limpa. Entre abril e maio é, basicamente, o período de cultivo que é feito pelos rapazes e pais. Mas há casos em que as mulheres, principalmente as esposas, também participam. Já no mês de maio começam as primeiras colheitas. Mães e filhos(as) retornam com o pai para o roçado para as primeiras apanhas de feijão e a quebra do milho. A colheita se intensifica em meados de maio até junho. Posteriormente o volume de trabalho na colheita começa a ser reduzido e cessam as chuvas. Em julho, praticamente, só há nos roçados milho que não foi ainda colhido e que ficou seco na espiga para fazer “a semente do próximo ano”, feijão, pouca melancia e jerimum.

No período posterior ao inverno, os trabalhadores estão em plena atividade nos garimpos, com turmas de seis pessoas, às vezes até mais. Um fluxo contínuo de caminhões nas estradas rurais com destino às minas se torna evidência empírica de que a exploração mineral se intensificou.

Isso não quer dizer que não haja trabalho nas banquetas antes de julho, mas o que ocorre é que no período de fevereiro a abril em que as chuvas são mais intensas e constantes, o trabalho tem o ritmo reduzido, tendo em vista que as galerias ficam inundadas.

Os garimpeiros tendem, no período de inverno, a se dedicarem um pouco mais à lavoura. Há aqueles que ficam exclusivamente cuidando do roçado na época de plantio, cultivo e colheita e, somente depois desse período, é que voltam ao garimpo. Entretanto, a maioria das pessoas entrevistadas revela que ficam basicamente divididas entre as duas atividades: no período da manhã se dedicam à agricultura e à

tarde no garimpo; ou três dias em uma atividade e dois em outra ou, ainda, há aqueles que saem mais cedo do garimpo para cuidar dos seus trabalhos no roçado intensificando esta atividade nos fins de semana em que não trabalham na extração.

Pelas narrativas de nossos entrevistados podemos compreender que, não obstante a expansão das empresas de beneficiamento de caulim e a expansão do garimpo, a relação dos trabalhadores com a agricultura não é rompida. Os garimpeiros dedicam algum tempo a ela no período de inverno. A sua rotina oscila entre a ida ao roçado para plantar, cultivar e colher e a ida ao garimpo para retirar a produção da qual a sua renda monetária será composta e utilizada para aquisição do gênero alimentício, remédios, roupas e motos, para além de outros gêneros que não são conseguidos na agricultura.

Realizamos diversas entrevistas ao longo de nossa pesquisa nas quais perguntamos aos garimpeiros como eles conciliavam a garimpagem com a agricultura.

Pesquisador: O senhor trabalhou em roçado?

Entrevistado: Trabalhei e trabalho. É tudo na base da enxada e do cultivador. Eu planto milho e feijão no tempo do inverno. Mas quando passa aí eu tenho que fazer outra coisa. (Antônio)

Outro depoimento diz mais desta conciliação:

Pesquisador: Como você concilia o garimpo com a mineração?

Entrevistado: Tem o período que a gente trabalha com caulim e pedra e o tempo da agricultura. Lá em casa cada um tem seu roçado que é mais ou menos três hectares. A gente prepara no fim do ano que é pra em janeiro estar pronto. Eu tenho cinco irmãos e desenvolvem a mesma atividade. (Avelino)

Fizemos uma visita a uma família em que o pai cuidava do roçado e os filhos ficavam na atividade de mineração. Conversamos com a mãe, dona Maria, que nos fala sobre a combinação das duas atividades:

Pesquisador: A senhora tem filho trabalhando na mineração?

Entrevistada: tenho sim, tenho quatro filhos; um de 18 anos, outro de 25, outro de 30 e outro de 32.

Pesquisador: Todos moram aqui com a senhora?

Entrevistada: Não. Tem dois que já tem suas casas e famílias. Mas dois moram aqui comigo.

Pesquisador: Tem esposo?

Entrevistada: Tenho sim sinhô. Meu marido tá ali em baixo alimpando mato (aponta pro roçado que fica perto da casa).

Pesquisador: Ele trabalha na mineração?

Entrevistada: Não ele só cuida do roçado. Aqui em casa quem trabalha no caulim é só os meninos mesmo.

Pesquisador: E seus filhos trabalham no roçado?

Entrevistada: ah, é do caulim pro roçado! É que você sabe quando tá na seca o jeito que tem é ir pro caulim mesmo, ninguém vai passar fome. O emprego que é bom num tem. Eu ganho um trocadinho, mas meu ganho é pouco então assim tem que ir trabalhar no minério.

Então quando tá no tempo de chuva eles ajuda a plantar e depois vai pro caulim, mas na seca aí fica só no caulim. A gente tira umas lenhas também aí é como ajuda a sustentar. Assim, eu só conto com dois mesmo porque os dois mais velhos já têm suas casas pra dar conta. Então assim eles de tardezinha, sábado, domingo vão ajudar, mas quando num pode ir ou quando num quer ajudar no roçado aí eles pega o dinheiro e diz: mãe pague uma diária. Então assim, a gente vai e bota uma pessoa pra ajudar no roçado ou às vezes até eu vou ajudar porque aí a gente fica com o dinheiro pra ajudar nas coisas da casa mesmo.

Através da narrativa de dona Maria podemos perceber que na organização do trabalho familiar, o pai está mais ocupado com as atividades da agricultura enquanto que seus filhos vão para o trabalho no garimpo para obter mais renda. Entretanto, a ligação dos filhos com a agricultura não se perde: quando eles não vão para o roçado com o pai limpar mato ou colher, eles dão aos pais uma ajuda para que seja contratada uma pessoa, por diária, para cumprir os afazeres do roçado. O depoimento ressalta um aspecto das famílias rurais que vem sendo discutido na Sociologia Rural e Sociologia da Agricultura a partir da noção de pluriatividade.

Segundo Schneider (2003), a pluriatividade refere-se a uma situação em que nas unidades familiares são desempenhadas diferentes atividades econômicas e produtivas que necessariamente não têm relação com o cultivo da terra. Para ele, a pluriatividade é uma estratégia de reprodução social e econômica das famílias rurais, sendo múltiplas as maneiras pelas quais se estabelece esta estratégia.

Sacco dos Anjos (2001) utiliza esta categoria nos seus estudos sobre a agricultura familiar do Rio Grande do Sul. O autor se preocupa em não reduzir a pluriatividade à noção de multiocupação e, também, não pretende observar este fenômeno apenas do ponto de vista do deslocamento espacial das atividades econômicas industriais as quais se instalam no meio rural ou atraem dele trabalhadores que fazem da cidade lugar de trabalho. A pluriatividade, em sua abordagem, é uma estratégia que os grupos domésticos lançam mão em vista da reprodução das condições materiais de sobrevivência:

A pluriatividade, portanto, deve ser entendida como fenômeno que ultrapassa a versão estrita que unicamente lhe associa com a industrialização regional, reconhecendo o status destas distintas formas associadas ao turismo, à indústria doméstica rural, ou mesmo à prestação de serviços, sempre e quando o foco de análise esteja dirigido à forma familiar de produção e às estratégias que os grupos domésticos adotam para garantir a reprodução material de seus membros. (SACCO DOS ANJOS, 2001, p.65)

No caso da família de dona Maria, pode-se entender que a ajuda monetária dada pelos filhos para pagar uma diária de outro agricultor no sítio como um aspecto pluriativo, tendo em vista que os recursos e rendas conseguidos em outra atividade produtiva são investidos na própria manutenção da família e de suas atividades cotidianas no sítio. A família não vive uma situação transitória de combinação das duas atividades, mas as exercem concomitantemente a partir de uma reorganização do

trabalho familiar que possibilite o plantio, cultivo, a criação de animais e a garimpagem. Ao pai, já idoso, cabe a tarefa principal de realizar o plantio e cultivo da lavoura sendo ele ajudado pelos filhos quando não estão na atividade garimpeira. Dona Maria, por sua vez, acumula as atividades domésticas (cozinhar, lavar, varrer a casa etc.) e as agrícolas, especificamente, plantar e colher.

A expansão da atividade de mineração pelo meio rural da microrregião do Seridó, pelo que se pode perceber, consolidou o caráter pluriativo das famílias rurais de modo que a expansão das empresas de decantamento e a intensificação da extração tanto pelo aumento das turmas de garimpeiros como pelo uso de máquinas não promovem uma anulação da atividade agrícola, mas uma reorganização da divisão do trabalho familiar.

Até a década de 1980 o caulim era extraído pelos garimpeiros e comercializado em sua forma bruta para as indústrias de papel, tintas etc. O atravessador formava as turmas de garimpeiros tomando como critério as relações de parentesco ou a proximidade construída nas relações de vizinhança como destaca seu Armando, quando fala como formou sua turma: “Isso era umas pessoas que a gente cresceu tudo junto com os pais deles e aí como era tudo chegado então a gente chamou eles pra vir trabalhar.”

A instalação dos decantamentos, fruto da iniciativa de pessoas da região que conseguiram capital e compraram alguns equipamentos como triturador, esteiras, prensa, caçamba, retroescavadeira, trouxe para zona rural o processo de beneficiamento do minério extraído pelos garimpeiros. Neste caso, a inserção no trabalho da mineração passou a ser não só através do trabalho no garimpo, extraíndo a matéria bruta, como também na atividade de beneficiamento. Os trabalhadores do beneficiamento são também garimpeiros escolhidos para o trabalho pela sua experiência, pela confiança. Não existe formação técnica para operar as ferramentas no processo produtivo do beneficiamento e o seu manuseio é aprendido empiricamente com a ajuda das explicações de outra pessoa que tenha experiência.

O aumento da demanda de caulim bruto e a proximidade com o comprador (o decantamento) estimulou a formação das turmas de garimpeiros não só liderada pelo atravessador, como também pela própria iniciativa dos trabalhadores. Um garimpeiro mais experiente se insere na extração com os demais colegas da turma, diferentemente do atravessador que apenas gerencia a produção.

Tanto no caso das relações entre garimpeiros com o atravessador, dos garimpeiros com o seu líder e mesmo de atravessador com o decantamento, em nenhum destes casos, existe algum tipo de contrato ou registro formal, nos termos da legislação trabalhista. Os vínculos são de dependência pessoal e as condições de trabalho e remuneração são estabelecidos através da negociação verbal. Por esta razão a formação das turmas ocorre, como dito, entre familiares ou pessoas com as quais se tenha algum tipo de relação de proximidade e confiança. Mesmo a escolha das terras para explorar é feita mediante negociação verbal entre o líder ou atravessador e o proprietário, geralmente um agricultor que tem em seu sítio serras ou áreas já identificadas como de grande ocorrência mineral. Neste caso, quem cede suas terras recebe 10% da produção registrada em determinado período (um mês, por exemplo).

As formas de pagamento realizadas são duas: o pagamento por diária e o pagamento por produção. O pagamento por diárias é feito ao final da semana de acordo com a quantidade de dias trabalhados. “Lá eu trabalho por diária. No final da semana eu recebo 30 reais por cada dia que eu trabalhei.” (Miro). Há casos em que se registra uma espécie de bônus quando se atinge determinada quantidade de toneladas extraída:

A gente ganha pouquinho porque eu trabalho na diária. Só dois que era dono do serviço é quem ganhava mais: pagava quatro na diária e o resto eles dividia. Lá a diária é trinta reais e, passando de cinco carrada, a gente ganhava cinco reais então fazia R\$ 35,00. (Beto)

Dos questionários aplicados, 14,71% recebem por diária, sendo o valor de R\$ 30,00 (trinta reais) por dia trabalhado. Os 85,29% restantes recebem por produção que, em resumo, consiste na dedução das despesas da manutenção da atividade, arrendamento das terras e a repartição dos dividendos restantes entre a turma de garimpeiros.

O que estamos discorrendo já nos permite desconstruir a tese de que a mineração só é exercida por agricultores em períodos de seca como sugeriram Andrade (1987), Forte (1994), Vasconcelos (2006) e também lideranças políticas. A inserção dos trabalhadores no garimpo é muito mais uma estratégia permanente e independe das intempéries da natureza do que uma atividade residual praticada somente em grandes períodos de estiagem. O que se observa é que mesmo em anos de inverno regular, existe a realização das duas atividades produtivas.

O calendário agrícola, evidentemente, é o demarcador do período de maiores precipitações e do ciclo de crescimento da lavoura. Portanto, define o período em que se tem maior demanda de trabalho no roçado enquanto que, para outra atividade, isso significa o período de redução da produção tendo em vista a inundação das minas, a queda das paredes rochosas das galerias e banquetas. As constantes operações de drenagem das banquetas e galerias começam a ser necessárias o que pode implicar um dia inteiro dedicado somente a esta tarefa, reduzindo drasticamente a produção de caulim.

Outra questão importante que estimula a inserção no garimpo é a atuação da empresa de decantamento, tendo em vista que este tipo de empresa é um lugar certo para vender a produção. As empresas de decantamento não realizam a extração de minério, embora pudessem fazê-lo dados os equipamentos que possuem, de maneira que a relação com o garimpo é fundamental para alimentar sua demanda. Com os garimpeiros não existe nenhum vínculo empregatício nos termos da legislação trabalhista, mas há um acordo verbal firmado entre eles e os donos de decantamento, no qual é garantida a compra do produto e o seu recolhimento no próprio garimpo. Essa relação tem estimulado a mobilização de trabalhadores para o garimpo, fortalecendo a pluriatividade das famílias rurais e, também, trazendo para este meio as problemáticas do trabalho como a informalidade. Sobre tal questão faremos uma nota abaixo.

5. O GARIMPO E O TRABALHO INFORMAL

Schneider (2009), recorrendo a autores como Fuller e Newby, ressalta a pluriatividade como uma categoria que incorpora tanto as noções de *part-time*, que se

refere a unidades nas quais os membros moradores não utilizam todo o seu tempo para a agricultura e também *multiple job holding* que se refere a unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento.

Essas fontes de rendimento não agrícola não têm, necessariamente, que ser relacionadas ao trabalho assalariado e formal. Conforme analisa Fuller (*apud* Schneidder, 2009) a pluriatividade “abarca um conjunto de atividades que nem sempre são remuneradas com *cash*, mas com pagamentos em espécie, através da permuta de trabalho e outros arranjos informais.” (SCHNEIDER, 2009 p. 85)

A nossa inserção no tema informalidade do garimpo se iniciou através do diálogo com Cacciamali (1982). Em que pese o fato de seu estudo se relacionar com o setor informal urbano, existem muitos elementos de análise que nos interessaram, em especial, a noção de espaço econômico intersticial. A expansão da produção capitalista não preenche totalmente todos os espaços econômicos o que implica na sua ocupação por outras formas de organização da produção.

A produção capitalista expande-se explorando as esferas e ramos da produção que forneçam, em função do mercado e do nível tecnológico, taxa de retorno competitiva. As grandes empresas, ao imprimirem sua dinâmica sobre o espaço econômico, delimitam os interstícios permissíveis para produção informal, isto é, ao se fixarem, determinam, ao mesmo tempo, em um só movimento e da forma simultânea, o leque das possíveis formas de produzir informalmente em um dado momento [...]. É neste sentido que o setor informal guarda subordinação ao setor formal, não podendo avançar no terreno produtivo explorado pelas empresas capitalistas (CACCIAMALI, 1982, p.32)

Na abordagem da autora, o setor informal é composto por dois conjuntos de atividades: por um lado, são atividades de rendas relativamente altas e condições de trabalho mais satisfatórias e, por outro, são atividades desenvolvidas com “expediente da mera sobrevivência física” (CACCIAMALI, 1982, p. 85). No segundo, está inserida a atividade garimpeira de Junco do Seridó.

Nos termos de Cacciamali (1982), é neste segundo conjunto que estão “as atividades precárias, instáveis, ocasionais, cujos níveis de renda, em geral baixos, mal conseguem suprir as necessidades mínimas do trabalhador que as exerce.” (CACCIAMALI, 1982, p.33)

O foco em iniciativas que se desenvolvem nos interstícios não ocupados pela produção capitalista é aqui utilizado para pensar a organização da atividade garimpeira. As fábricas de porcelanas, tintas, papel etc. não estão situadas em Junco do Seridó, mas elas compram, dos decantamentos situados no município, o caulim já passado por um processo de beneficiamento. Os decantamentos são interessados diretos no trabalho garimpeiro uma vez que precisam de crescentes quantidades de caulim para atenderem a demanda externa, mas os custos que isso implica fazem com que os decantamentos optem por não extraírem e sim comprem dos garimpeiros. A relação neste caso é de compra e venda do produto sem nenhum outro vínculo.

Há aqui uma inter-relação entre o setor formal e informal na qual os trabalhadores através da extração do caulim alimentam empresas de decantamento e

estas, por sua vez, vendem o material produzido para indústrias de papel, tintas, revestimentos cerâmicos etc. Estabelecem-se, concomitantemente, elos entre a produção capitalista (as empresas fabricantes de tintas e todos os já conhecidos produtos dos quais o caulim é material base) e não capitalista entendida aqui como sendo aquela desempenhada pelos garimpeiros. Estes visualizam na atividade não uma oportunidade para acumular capital, mas para adquirir algum montante de dinheiro suficiente para manutenção das necessidades fundamentais da família: moradia, alimentação, saúde, educação, além de algum valor destinado ao custeio do lazer, da organização da casa para acolhimento de seus membros bem como das visitas.

Algumas características descritas por Cacciamali (1982) para identificar o setor informal servem para abordar o trabalho no garimpo. A primeira é a de que produtor direto possui os instrumentos de trabalho e recorre ao trabalho familiar ou de ajudantes. Não existem contratos, mas laços de dependência pessoal diferentemente da produção capitalista que tem vínculos impessoais e meramente de mercado.

Sobre a exploração do trabalho para acumulação de capital Cacciamali (1982) afirma:

Os meios de trabalho não tem a finalidade de extrair trabalho excedente alheio para valorizar o dinheiro aplicado, mas, em geral, o próprio sustento e a melhoria nas condições de vida. Lança-se mão do trabalho conjunto para obter facilidades no negócio ou em serviços maiores, que demandariam muito tempo e esforço caso fossem realizados por uma pessoa só. Obtém-se uma renda e reparte-se. Não é a sub-remuneração que cria o setor informal; este, em primeiro lugar, depende da existência de espaço produtivo e, em segundo lugar da existência de pessoas que se disponham e/ou não tenham outra opção, mas que possuam requisitos necessários para ocupá-lo. (CACCIAMALI, 1982, p.42)

O que se observa, entre os atravessadores e líderes de turmas de garimpeiros. é que a renda monetária gerada pelo trabalho da equipe de garimpeiros é destinada aos custos com aluguel de guincho, combustível, transporte, arrendamento da terra e, o montante que resta, é dividido entre os trabalhadores. No caso da figura do atravessador, existe uma porcentagem que ele recebe por gerenciar a produção, mas, mesmo assim, a lógica que persiste não é a acumulação e sim a manutenção da família e da atividade. Quando se trata de uma turma em que não existe o atravessador, todos executam o trabalho e a renda total é repartida proporcionalmente.

Os garimpeiros se inserem nesta atividade para buscar alternativa de renda que contribua para garantia do sustento da família e atenda às necessidades vitais mais imediatas e que, também, proporcione certa melhoria nas condições de vida. A opção por convidar amigos para formarem uma turma para trabalhar em determinada jazida também expressa este aspecto para melhorar as condições de produtividade através do desempenho da atividade em uma equipe de pessoas de confiança e experiência, que sejam capazes de manter certo ritmo de exploração.

A informalidade do garimpo em Junco do Seridó, no modo como abordamos, não se refere apenas ao regime de contratação, à inexistência de seguridade social e

ao não recolhimento de tributos. Estes são caracteres da informalidade, mas o foco aqui é a própria forma de organização da atividade produtiva.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o processo de expansão e organização da atividade de mineração na Região do Seridó envolveu iniciativas não apenas do Estado através de suas agências de fomento e de pesquisa, mas também, das próprias iniciativas dos garimpeiros, das cooperativas e das empresas de beneficiamento de caulim. Estes diversos atores estão envolvidos em uma cadeia complexa de relações sociais e de produção marcadas pela informalidade e pela precariedade.

A combinação da atividade agrícola com outras atividades, no caso específico a extração de caulim, é reforçada pela expansão da atividade de mineração, o que significa não só a divisão do tempo de trabalho a uma ou outra atividade, mas a própria redefinição da divisão social do trabalho familiar, especialmente as diferenciações de gênero e de ciclo de vida da família. Nas famílias que tenham filhos homens em idade produtiva, os filhos tendem a se dedicar ao garimpo, enquanto o pai pode ficar no trabalho agrícola. Nas famílias com filhos pequenos, o pai tenderá a se dedicar ao garimpo e a mulher cuida do trabalho doméstico e de algumas atividades do trabalho agrícola. Assim, são diferentes combinações ao nível das famílias, das demarcações temporais dos espaços rurais e da capacidade econômica das duas atividades.

No que tange a combinação das duas atividades podemos concluir, portanto, que a expansão da mineração organizada sob a forma de garimpo não tem implicado o fim do trabalho agrícola, mas o estabelecimento de uma dinâmica de combinação entre uma atividade e outra ao longo da jornada diária de trabalho, bem como dos ciclos produtivos ao longo do ano. Os agricultores desenvolvem no seu cotidiano as duas atividades, sendo a mineração, ao contrário do que afirmavam autores como (FORTE, 1994; VASCONCELOS, 2006, ANDRADE, 1989) não mais uma atividade sazonal dependente das secas, mas integrante da própria estratégia de reprodução social das famílias rurais.

Tentou-se fazer, neste artigo, uma aproximação entre as leituras da sociologia rural acerca da diversificação das atividades desenvolvidas por agricultores familiares e as abordagens da sociologia do trabalho no que tange às transformações no mundo do trabalho, especificamente, em relação à informalidade como fenômeno que se desenvolve também fora do espaço urbano e do ambiente da fábrica. Este, certamente, não é o primeiro trabalho que afirma que a informalidade não é uma problemática somente urbana e industrial tendo em vista os estudos já feitos, por exemplo, sobre a agroindústria na região Sul do Brasil.

O uso da noção de pluriatividade para compreender as estratégias das famílias rurais de Junco do Seridó para garantirem sua sobrevivência, utilizando como segunda atividade o garimpo, inaugura um campo de debate que será, certamente, aquecido pelas opiniões divergentes quanto à viabilidade de se utilizar o termo no contexto nordestino.

Os trabalhos que também analisaram a atividade garimpeira na Região do Seridó deixam dúvidas em relação ao que se entende por informalidade – termo que aparece recorrentemente na literatura sobre a extração de caulim. A proposta do trabalho foi pensar a informalidade como característica da própria organização da atividade e não como um dado inexistente nas estatísticas do Ministério do Trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. - *Mineração no Nordeste: depoimentos e experiências*. Brasília: CNPQ, Relatório de pesquisa, 1987.
- BARROZO, J. C. *Em busca da pedra que brilha como estrela*. São Carlos: UFSCAR, Tese de Doutorado, 2009..
- CACCIAMALI, M. C. *Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: USP (FEA/USP), Tese de Doutorado. 1982.
- CLEARY, D. *A garimpagem na Amazônia: uma abordagem antropológica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.
- FORTE, J. F. *As Cooperativas de Pequenos Mineradores – A experiência nos garimpos de pegmatíticos do Nordeste*. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado,.1994
- GASPAR, E. S. O. *Bamburros do Tapajós*. Campina Grande: UFPB-PPPCS, Dissertação de Mestrado,1990.
- GOMES, M. M. C. O garimpo: as relações de trabalho e capacitação profissional no junco do Seridó paraibano. *IX Jornada do Trabalho Dinâmica Territorial do Trabalho no Século XXI: em busca dos sujeitos que podem emancipar a sociedade para além do capital*.2008. Anais, UFGO, Catalão – GO 2008.
- KAGEYAMA, Angela. Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 e 2001. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 12, n. 1 (20), 2003.
- MONETIRO, E. F. A, *Civilização do Alumínio: conflitos, consensos e processos de coesão no interior de uma empresa de alumínio em Barcarena*. Belém: UFPA, Monografia –, 2007.
- NÓBREGA, José Aderivaldo S. da. *Homens Subterrâneos: o trabalho informal e precário nos garimpos de Junco do Seridó*. 166 págs. Campina Grande: UFCG-PPGCS, Dissertação de Mestrado. , 2012.
- NÓBREGA, J. A. S. da.; MENEZES, M. A. de. A expansão da indústria de extração mineral pelo meio rural e a problemática do trabalho. *XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino Americana de Sociologia*. 2011. Anais. Recife: UFPE.2011. Disponível em <http://www.alas2011recife.com/>

_____. Homens “subterrâneos”: o trabalho informal e precário nos garimpos de Junco do Seridó. *Raízes*. v. 30, n. 2. Julho-Dezembro 2010. SILVA, O. P. A mineração em minas gerais: passado, presente e futuro. *Geonomos* 3 (1): p.77-86, 1995.

RAMOS, C. A. Setor informal: do excedente estrutural à escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de políticas. *Revista Econômica*, v. 9, nº1, 2007.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 17, outubro 2001.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

VASCONCELOS, S. A. *O uso do território do município de Pedra Lavrada PB pela mineração*: elementos de inserção do lugar do fazer no contexto atual da globalização. Recife: UFPE, Tese de Doutorado, — 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *O mundo rural como um espaço de vida – reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: editora UFRGS, 2009.